

PONTÃO DE CULTURA DO JONGO/CAXAMBU: AÇÃO COLETIVA E IDENTIDADE NEGRA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS¹

A criação de políticas públicas que reconheçam o patrimônio cultural imaterial e que garantam direitos aos/as detentores/as dos saberes e das práticas do patrimônio reconhecido é recente no Brasil. O Jongo/Caxambu foi uma das primeiras manifestações da cultura popular brasileira a ser reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio imaterial, no ano de 2005.

O Jongo é uma dança comunitária brasileira de origem rural que data do período escravocrata brasileiro. Sua cultura é oriunda das relações de sociabilidade que os/as africanos/as escravizados/as e seus/suas descendentes estabeleceram nas fazendas de café e cana-de-açúcar tornando-se referência cultural no sudeste do país, para onde foram trazidos/as para o trabalho nessas lavouras.

A partir do ano de 2008, os grupos de Jongo/Caxambu desta região fazem parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), o IPHAN e as comunidades jongueiras e suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação.

O Pontão de Cultura tem se constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição no campo da construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O que este trabalho pretende é apresentar as primeiras reflexões produzidas a partir das ações de articulação e de capacitação das comunidades jongueiras, em especial no campo da ação coletiva, da organização comunitária e da identidade negra.

O reconhecimento do Jongo/Caxambu, E DOS JONGUEIROS, como patrimônio cultural:

Vocês, do Pontão e do IPHAN, não precisam se preocupar com a salvaguarda do jongo aqui na nossa comunidade porque o jongo aqui nunca vai morrer. Nas festas do jongo, em junho, temos de 400 a 500 pessoas dançando o jongo a noite toda. Só gente da comunidade porque não vem gente de fora. O jongo aqui nunca vai morrer. Agora, o que vocês precisam se preocupar é com a salvaguarda dos jongueiros! (Jeferson Alves de Oliveira, líder da Associação dos Quilombolas do Tamandaré, em Guaratinguetá, SP)

O debate sobre o reconhecimento de manifestações da cultura popular como patrimônio cultural brasileiro não é recente², mas a elaboração de políticas públicas realmente voltadas para essas manifestações o é. Trata-se de uma escolha política que consolida saberes, formas de expressão musicais e festivas e manifestações culturais conferindo-lhes, segundo Abreu (2007, p. 4), “*significados atuais e novas possíveis leituras, do passado e da própria nação*”.

No entanto, para resguardar, inclusive, a efetividade das ações implementadas por essas políticas, o ponto de partida de qualquer ação deve ser o pressuposto de que foram os/as detentores/as dos saberes e das práticas dessas manifestações culturais, que, apesar do Estado, as mantiveram até aqui.

Portanto, ao reorientar sua política cultural deixando de considerar apenas os espaços e grupos da chamada “cultura erudita”, o Estado brasileiro, por meio de suas instituições, depara-se com o desafio de dialogar com os/as detentores/as dos saberes e práticas culturais formulando políticas que (re)conheçam essas práticas e seus praticantes, identificando quem são, como vivem essas pessoas e, sobretudo, quais as estratégias para manutenção das práticas culturais ao longo do tempo.

No caso específico da cultura popular brasileira, a herança e influência da matriz africana, em seus saberes, valores e práticas vem ganhando maior visibilidade sendo reafirmada e reconsiderada pela sociedade e pelo Estado através da luta do movimento negro, dos grupos culturais e das comunidades

¹ Texto escrito por Elaine Monteiro e Mônica Sacramento, respectivamente Coordenadora Geral e Coordenadora Executiva do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu – UFF, apresentado no X Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, em Braga, Portugal, em fevereiro de 2009.

² Reconhecidamente, nas décadas de 20 e de 30 do século passado, Mário de Andrade teve um papel importante ao pautar a discussão do patrimônio imaterial na sociedade brasileira. Para um panorama geral da trajetória do tratamento da questão no país, vide IPHAN (2006) e Abreu, Soihet e Gongjio. (2007)

tradicionais. Reconhecer a riqueza e o valor desta contribuição implica na obrigação, e na contradição, de também reconhecer o lugar de subalternização e estereótipa vinculados aos/as negros/as³ na sociedade brasileira.

Os indicadores sociais evidenciam, de maneira incontestável, as desigualdades existentes entre brancos/as e negros/as no que se refere aos níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, renda, acesso a saúde, mortalidade (especialmente entre os/as jovens). A ausência de políticas públicas que garantam igualdade de direitos básicos aos/as negros/as expressa o preconceito racial existente na sociedade brasileira. No caso das comunidades jongueiras, cujas raízes se encontram em áreas rurais do interior da região sudeste, a mais rica do país, os processos de expropriação, por parte das elites, de direitos anteriormente garantidos pelas próprias relações de sociabilidade existentes nas comunidades é bastante comum, como a perda da terra e do trabalho em área rural, provocados por processos de urbanização e pela especulação imobiliária.

Em cidades do interior, algumas comunidades travam a luta pela terra, apropriada por especuladores imobiliários ou grandes fazendeiros. Outras foram empurradas para morros e favelas, em busca da sobrevivência inviabilizada pelo esvaziamento de grandes áreas rurais. Nessas cidades, em geral criadas e desenvolvidas a partir de ciclos econômicos baseados na monocultura do café e da cana de açúcar, reina também, até os dias de hoje, o preconceito das elites locais contra as manifestações de raízes africanas.

Consideradas como danças de “preto”, de “negro”, de “pobres”, e/ou de “cachaceiros” e associadas à “macumba”, as comunidades e os grupos sempre sofreram com o preconceito racial, que se manifestava e ainda se manifesta ou na ausência de direitos básicos e na subserviência aos poderes locais para a garantia da sobrevivência ou na garantia ainda desigual entre negros/as e brancos/as desses direitos. Neste contexto, os direitos não são direitos, são favores, ainda associados a padrões remanescentes do período escravista, como a docilidade, a subserviência e a obediência aos “senhores”, valorizados na obtenção de um emprego, de uma cesta básica, ou até mesmo, na garantia de fruição da manifestação cultural, com o auxílio na compra de roupas, instrumentos ou na viabilização de transporte e alimentação para uma apresentação.

O Jongo/Caxambu é uma rica manifestação cultural da sociedade brasileira, considerado, por seu ritmo e sua estética, como “pai do samba”, conhecido e aclamado mundialmente. Dificuldades no acesso a graus mais elevados de escolarização, como o desejo e a demanda hoje manifestos pelos jovens jongueiros de acesso ao ensino superior, inviável para a maioria das comunidades, ainda constituem a realidade. O fato é que o Brasil convive com a democracia formal, que se faz na garantia de direitos políticos, mas que se materializa de forma bastante diferenciada na vida das pessoas pela ausência e/ou a precariedade de direitos sociais básicos e dos direitos civis. Além disso, as comunidades jongueiras enfrentam problemas relacionados à manutenção do próprio Jongo/Caxambu, como a falta de um espaço para a realização de suas atividades, de transporte para participar de um evento cultural na sua própria cidade e/ou em outra localidade, de roupas e instrumentos, etc. Não é por acaso que uma das principais reivindicações das comunidades é o reconhecimento do Jongo/Caxambu e o seu conseqüente apoio por parte dos poderes locais.

A aproximação da realidade e do cotidiano dessas comunidades nos faz muitas vezes nos perguntar como conseguiram se manter e manter o jongo. Ao mesmo tempo, constatamos que foi a manutenção do jongo que, em grande medida, manteve as comunidades. As contradições, os conflitos, as adversidades são enormes, mas, ao soar do tambor e ao início da roda de Jongo, uma espécie de magia instala-se no ar, unindo as pessoas em laços de generosidade, de solidariedade, incompatíveis e incompreensíveis, muitas vezes, com a racionalidade de técnicos, pesquisadores, professores e estudantes universitários que, por diversos caminhos, se aproximaram das comunidades jongueiras.

Outra ética, outra estética, outra forma de estar e de ser no mundo se instauram e o grande desafio que se coloca, se o que se quer é realmente o reconhecimento e a garantia de direitos dessas comunidades, é o do aprendizado mútuo. A vida se faz como um milagre, incompreensível, inexplicável ao discurso racional moderno, centrado em uma visão de mundo européia, norte-americana, masculina, cristã e branca:

O que há bastante, na cultura do povo, é sentido de vida. Pode ser que falte alguma coisa. Vida é que não falta. E vida no sentido de trabalho, criação, compaixão, ódio, amor, remorso, resignação, fatalismo, assombro, feitiço, encantamento, paganismo, companheirismo, movimento, luta, revolta. É assim que a vida se transforma em liberdade. É

³ Utiliza-se neste trabalho o termo negro/a como o conjunto dos indivíduos pretos e pardos da população brasileira, segundo critério de classificação racial utilizado pelo IBGE.

assim que se movimentam as gentes e as coisas, as idéias e as criações. Transformada em liberdade, a vida funda a cultura, a inventiva, o milagre, a criação. (Ianni, 1991 p. 201)

Assim, a salvaguarda do Jongo é, em primeiro lugar, dos jongueiros. Quando Jeferson, líder comunitário, afirma que com ela não devemos nos preocupar, sabe exatamente do que está falando. O Jongo tem, ao mesmo tempo, se mantido e garantido a sobrevivência de muitas comunidades. A manutenção da vida se faz simbólica e materialmente. O jongo não só mantém comunidades e grupos unidos em seus valores, práticas e saberes, ou seja, nos bens simbólicos compartilhados por seus praticantes, como muitas vezes garante a sobrevivência material de homens, mulheres e crianças. Afinal, a cultura popular, como ensina Ianni (Op. Cit.), funda-se nas condições de vida e trabalho do camponês e operário, homem e mulher, adulto e criança, negro, índio, imigrante e branco. A sobrevivência material, na ausência de políticas públicas que garantam direitos sociais básicos, ultrapassa os limites do mutirão, da lavoura de subsistência. Há situações em que famílias sobrevivem da doação de alimentos de integrantes do próprio grupo, que fazem às vezes do Estado na garantia de direitos.

É por isso que, ao chamar atenção para a salvaguarda dos jongueiros, Jeferson tem a exata dimensão do sentido da salvaguarda, que deve ser compreendida como garantia de direitos. A salvaguarda é a valorização do ser humano. No contexto das comunidades jongueiras, são necessárias condições sociais que garantam a possibilidade das pessoas continuarem fazendo o jongo de forma digna e de terem acesso e participação na vida social mais ampla, por meio da garantia de direitos que diminuam as desigualdades existentes entre negros/as e brancos/as na sociedade brasileira.

Jongueiros e jongueiras são, portanto, os primeiros a quem deve ser atribuída à manutenção do jongo em nossa sociedade. Foram eles que, em suas comunidades, mantiveram e passaram a novas gerações seus saberes, práticas e valores. Houve momentos, em determinadas comunidades ou grupos, que a manutenção dessas práticas se viu ameaçada, fosse pelo falecimento de um mestre que unia as pessoas, fosse por preconceito racial ou perseguição religiosa, fosse por perseguição política ou dificuldade material. Algumas dessas dificuldades fizeram com que os jongueiros comessem a se unir, no ano de 1996, em um movimento que ficou conhecido como “Encontro de Jongueiros”. Durante três anos, o Encontro contou com a participação de apenas três grupos e, desde o início, com a colaboração de professores, estudantes e intelectuais.

A despreziosa idéia de que os grupos deveriam se unir para se fortalecer ganhou força e visibilidade, entre os próprios jongueiros e na sociedade. A partir do quarto Encontro, novos grupos se juntaram ao Encontro de Jongueiros e ele passou a circular pela região Sudeste, no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A cada ano, jongueiros, com seus colaboradores, mobilizavam recursos em suas cidades, para o custeio de transporte e alimentação para a viagem até o local do Encontro. Em geral, os grupos viajavam entre três e dez/doze horas, chegavam ao local do Encontro, faziam oficinas informais de dança, jongo e percussão e dançavam a noite toda. Entravam novamente no ônibus e retornavam às suas cidades. Não sem antes haver uma reunião de lideranças jongueiras para a decisão do local do Encontro no ano seguinte. Esta decisão tinha um caráter político. Cada líder colocava a situação de sua comunidade/grupo e, a partir das questões colocadas, decidia-se o local de realização do Encontro, com o objetivo de fortalecer a luta daquela comunidade que hospedaria o Encontro no ano seguinte.

No ano de 2000, por ocasião do V Encontro de Jongueiros, foi iniciado o movimento da Rede de Memória do Jongo e do Caxambu. A idéia foi criar canais para o estreitamento de laços de solidariedade entre as comunidades e demais interessados em participar do trabalho coletivo de preservação da memória do Jongo/Caxambu e apoiar as lutas por melhores condições de vida dos territórios jongueiros. Encontros e organização das comunidades jongueiras em Rede resultaram na solicitação do registro do Jongo como patrimônio da cultura brasileira e o apoio a essas duas ações por parte do Estado está recomendado no Parecer que recomendou o registro do Jongo como patrimônio imaterial do Brasil⁴.

A criação da Rede de Memória do Jongo e do Caxambu e a criação do Encontro de Jongueiros fazem, portanto, parte de uma mesma história, a história da organização das comunidades jongueiras, que teve como conquista a aprovação do registro do jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Conselho

⁴O dossiê apresenta as seguintes recomendações: 1. Necessidade de se elaborar políticas públicas que favoreçam a equidade econômica articulada com a diversidade cultural, em especial quanto à autodeterminação das comunidades jongueiras. 2. Promover o aperfeiçoamento de leis de incentivo que facilitem o acesso direto dos detentores dos saberes às instâncias de patrocínio e financiamento, sobretudo para a realização dos encontros anuais de jongueiros e o fortalecimento da Rede de Memória do Jongo. (Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan).

Consultivo do IPHAN, em reunião realizada no dia 10 de novembro de 2005. Os Encontros de Jongueiros deram visibilidade ao Jongo na região Sudeste e permitiram que os jongueiros se reunissem para a troca de saberes, experiências e para a discussão de seus problemas e necessidades. A Rede de Memória do Jongo e do Caxambu facilitou e fortaleceu a organização das comunidades jongueiras e agregou professores, pesquisadores, ongs, universidade e demais instituições parceiras.

A Rede, no entanto, não conseguiu se articular de forma permanente por falta de recursos, mesmo que algumas tentativas de captação de recursos tivessem sido feitas por professores da Universidade Federal Fluminense, parceiros dos Encontros de Jongueiros desde a sua primeira realização. Isso, entretanto, não significou a completa falta de continuidade de todo um trabalho de organização das comunidades construído por mais de dez anos. A tática usada pelas comunidades foi a de encontros regionais de comunidades jongueiras próximas umas das outras. Foi assim que na celebração do 13 de maio e das festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, nos anos de 2006 e 2007, as comunidades do Noroeste Fluminense e do Vale do Paraíba puderam se encontrar. Da mesma forma, na comemoração do Dia da Consciência Negra, em 2006, as comunidades do Norte e do Noroeste Fluminense se encontraram. A única possibilidade de encontro de uma grande maioria das comunidades jongueiras da região sudeste para a discussão de sua organização e articulação maior em rede e para o início do debate sobre a construção de políticas públicas de salvaguarda do Jongo durante o ano de 2006 foi uma iniciativa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN) de realização de um seminário sobre a construção de um Plano de Salvaguarda do Jongo. No ano de 2007, foram realizadas duas oficinas de elaboração de projetos, pelo mesmo Centro, como forma de capacitação das comunidades jongueiras para a realização de projetos e captação de recursos.

A Universidade Federal Fluminense tem tido, ao longo dos anos, uma participação relevante como mediadora da organização das comunidades jongueiras. A UFF descentraliza suas atividades em alguns *campi* espalhados pelo interior do estado, onde há a presença de comunidades jongueiras. Tanto no Noroeste quanto no Sul do estado, a presença da universidade fortaleceu a realização dos Encontros de Jongueiros. Eles começaram a ser realizados no Noroeste do estado, por iniciativa de um projeto de extensão do Departamento de Educação Matemática, desenvolvido por jongueiros, professores e estudantes.

O Observatório Jovem da UFF tem desenvolvido trabalhos de pesquisa e extensão com jovens jongueiros, em que tem se evidenciado um profundo respeito pela cultura dos velhos. Os jovens demonstram, contrariando alguns de seus críticos, vontade de participar mais ativamente da cultura do jongo, contribuindo de alguma forma para que ela não acabe. No cotidiano de algumas comunidades, eles têm sido os responsáveis pelos processos de organização comunitária, com participação em reuniões, organização de eventos e representação externa da comunidade. O que se observa é que os jovens parecem estar assumindo as demandas contemporâneas das comunidades jongueiras.

O Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, da UFF, constitui-se como arquivo de fontes orais, visuais e digitais e como centro de referência de história oral e da imagem. Enquanto grupo de pesquisa, tem por objeto de estudo as relações entre História e Memória e se organiza em torno de quatro linhas de pesquisa: Memória e Escravidão; Memória e Cidade; Memória e Política; Memória e Mídia. O Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF) desenvolveu o projeto “Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra” em comunidades rurais do Rio de Janeiro. Com origem nas lutas dos últimos escravos pela liberdade, jongos, calangos e folias afirmam identidades negras e contribuem para uma luta política mais ampla, hoje visualizada em todo o Brasil, de combate às desigualdades raciais e culturais. O objetivo do projeto foi registrar tais manifestações e a história das comunidades que as protagonizaram, disponibilizando o material produzido no arquivo oral e visual do LABHOI/UFF, além de produzir um filme didático e historiográfico, nos termos das Diretrizes para o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, a ser distribuído gratuitamente em escolas, bibliotecas públicas e centro culturais⁵.

Toda esta movimentação de jongueiros e instituições pelo reconhecimento do jongo como patrimônio cultural do Brasil e pela construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo é concomitante a um momento único na política cultural do país. Pela primeira vez na história do Brasil, a política de cultura volta-se, de forma ampla e democrática, para os grupos de cultura popular, com a realização do Programa Cultura Viva por parte do Ministério da Cultura⁶. No final do ano de 2007, com o

⁵ Vide site do LABHOI (www.historia.uff.br/labhoi).

⁶ O Programa Cultura Viva e a criação de Pontos de Cultura ocorre em 2004, pelo Ministério da Cultura (MinC), com o objetivo de incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira. O programa “*contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de*

intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o IPHAN e o Minc decidiram estabelecer parcerias com instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados, com a proposta de desenvolvimento de três linhas de atuação: articulação; capacitação; e divulgação e difusão. Em um seminário, realizado no mês de dezembro, com a participação de lideranças jongueiras, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN), da Universidade Federal Fluminense, de consultores, parceiros e colaboradores, foi debatido o projeto de criação do Pontão de Cultura do Jongu/Caxambu.

Deste modo, a proposição do Pontão de Cultura do Jongu/Caxambu é decorrente da experiência de trabalho acumulada pela universidade junto às comunidades jongueiras. Vários setores da UFF estão envolvidos e comprometidos com essas comunidades. O Pontão de Cultura, enquanto proposta de articulação, capacitação e fortalecimento das comunidades jongueiras, vem atender a uma série de necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos “territórios jongueiros” e pode, em uma grande articulação entre o Ministério da Cultura, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN), a universidade, as comunidades e os diversos parceiros garantir as condições objetivas para a concretização de ações que vêm sendo discutidas coletivamente há vários anos e que representam a aspiração das comunidades jongueiras da região sudeste.

Quadro 1 – Cronologia dos Encontros de Jongueiros e de fatos importantes que marcam a articulação das comunidades jongueiras e o reconhecimento do Jongu/Caxambu como Patrimônio Cultural do Brasil.

1996	Os jongueiros de Santo Antônio de Pádua e de Miracema e o Prof. Hélio Machado de Castro (UFF) realizam o I Encontro de Jongueiros em Campelo, distrito de Santo Antônio de Pádua, Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Motivo: Falecimento de Dona Sebastiana, Mestre do Caxambu de Pádua, em 1995. O Encontro de Jongueiros é realizado como um projeto de Extensão da UFF e conta apenas com recursos comunitários e pequenas doações.
1997	Realização do II Encontro de Jongueiros, em Miracema, município vizinho da Pádua, nos mesmos moldes do primeiro.
1998	III Encontro de Jongueiros, em Santo Antônio de Pádua, nos mesmos moldes dos dois encontros anteriores.
1999	IV Encontro de Jongueiros, na Lapa, Centro da Cidade do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores / Novos grupos participam.
2000	V Encontro de Jongueiros, em Angra dos Reis, Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores/ Criação da Rede de Memória do Jongu/Caxambu
2001	VI Encontro de Jongueiros, em Valença, Vale do Paraíba, Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores.
2002	VII Encontro de Jongueiros, em Pinheiral, Vale do Paraíba, Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores. Solicitação de reconhecimento do jongu como patrimônio cultural por comunidades jongueiras
2003	VIII Encontro de Jongueiros, Guaratinguetá, Estado de São Paulo, Vale do Paraíba, nos mesmos moldes dos anteriores. Inventário do Jongu do Sudeste
2004	IX Encontro de Jongueiros, na Lapa, Centro da Cidade do Rio de Janeiro. (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira).
2005	X Encontro de Jongueiros, Santo Antônio de Pádua (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira); Registro do Jongu como Patrimônio Imaterial do Brasil
2006	XI Encontro de Jongueiros, no Quilombo São José da Serra, em Valença, Vale do Paraíba, Sul do Estado do Rio de Janeiro (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira); Seminário no CNFCP com comunidades jongueiras para elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongu / Atividades regionais das comunidades jongueiras.
2007	Oficinas de elaboração de projetos para comunidades jongueiras no CNFCP como ação de salvaguarda / Debate sobre Pontão de Cultura como articulador de ações de salvaguarda entre comunidades jongueiras, IPHAN, UFF, organizações parceiras e consultores / Discussão e elaboração do projeto do Pontão de Cultura.
2008	Início das atividades do Pontão de Cultura do Jongu/Caxambu; XII Encontro de Jongueiros, em Piquete, Estado de São Paulo, Vale do Paraíba (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira).

instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros”. Disponível em <http://www.cultura.gov.br>

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, intervenção, pesquisa e produção de conhecimento: o desafio de “fazer com” e não “fazer para”

As ações desenvolvidas nos três grandes eixos do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu são: **Articulação/Distribuição:** 1 - Realizar reuniões e eventos nos territórios jongueiros para garantir a articulação das comunidades; 2 - Equipar as comunidades com computador e internet para facilitar a articulação em rede; 3 - Fortalecer outras formas de expressão das comunidades jongueiras, como Folia de Reis, Mineiro Pau, Boi Pintadinho, Calango, Pastorinhas, etc.; 4 – Constituir uma Comissão Gestora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; e 5 – Instituir prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades; **Capacitação:** 1 - Realizar cinco oficinas com as comunidades (Organização Comunitária; Identidade Negra; Jovens Lideranças Jongueiras; Linguagem Audiovisual; e Memória, História Oral e Patrimônio); 2 – Oferecer oficinas e assessorias no campo da organização comunitária, a partir das necessidades e demandas das comunidades; 3 – Constituir consultoria (s) *ad hoc* quando necessária (s), para o trabalho pontual junto a comunidades; 4 – Realizar seminários, com a participação de escolas públicas e das comunidades jongueiras, com o objetivo de desenvolver um trabalho pedagógico junto às escolas para o reconhecimento da cultura jongueira a partir dos pressupostos da Lei 10639/03; e 5 – Realizar seminário anual de avaliação de todas as atividades do Pontão de Cultura; **Difusão e distribuição:** 1 - Editar um calendário jongueiro com datas e festas das comunidades; 2 – Distribuir uma caixa com documentários que sejam representativos das comunidades jongueiras nas escolas da Educação Básica dos “territórios jongueiros” articulados no Pontão de Cultura; 3 – Editar material didático de apoio à utilização dos DVDs nas escolas, como forma de auxílio aos professores na implementação da Lei 10.639/03; 4 - Organizar publicações sobre o jongo e as comunidades jongueiras, como material de divulgação dos grupos e das comunidades; 5 – Produzir e divulgar um documentário do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; e 6 – Criar um Portal do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Participam do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu comunidades localizadas nos seguintes estados e municípios do Sudeste brasileiro: No Espírito Santo: São Mateus; No Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Miracema, Pinheiral, Porciúncula, Rio de Janeiro (Serrinha), Santo Antônio de Pádua, Valença (Quilombo São José da Serra); Em Minas Gerais: Carangola; e Em São Paulo: Guaratinguetá, Piquete, São José dos Campos. Sabe-se da existência de outras comunidades jongueiras na região sudeste, com algumas das quais os executores e parceiros do programa e os próprios jongueiros já têm contato. A expectativa é que o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu articule, no desenvolvimento de suas atividades, outras comunidades.

No ano de 2008, foram realizadas quatro grandes reuniões de articulação e quinze oficinas de capacitação, além da organização do calendário jongueiro, da realização do documentário, da constituição da comissão gestora do Pontão de Cultura e da organização dos prêmios. As demais ações propostas ainda estão em fase de organização e desenvolvimento.

Com essas ações, o Pontão de Cultura garantiu a movimentação dos jongueiros na região sudeste. A tão almejada articulação em rede, antes inviabilizada pela falta de recursos, começa a se organizar, primeiramente de forma presencial, com a disponibilização de recursos para transporte, hospedagem e alimentação nas diversas atividades realizadas. Assim, jongueiros/as e demais parceiros criam espaços públicos de discussão de suas questões, como tem acontecido nas reuniões de articulação, que têm contado com a presença de representantes de estados e municípios para o debate sobre política cultural e políticas públicas de forma geral. Estes espaços também têm sido importantes para o acesso à informação, como a abertura de editais no campo da cultura e a possibilidade das lideranças jongueiras viabilizarem recursos para suas comunidades por meio dos mesmos.

As oficinas, que ocorrem de forma descentralizada pela região sudeste, têm permitido o envolvimento de outras pessoas das comunidades, além das lideranças jongueiras, nas atividades do Pontão de Cultura. Esta participação tem indiretamente contribuído para a organização das comunidades, uma vez que permite a troca de experiências entre os integrantes de diversos grupos e várias formas de encontro durante as próprias oficinas, como os momentos de realização das atividades, os momentos de lazer, as rodas de jongo e o próprio trajeto compartilhado de ida para a oficina e retorno para as comunidades.

Procura-se desenvolver todas as atividades de forma participativa. Nas reuniões de articulação, as pautas de cada reunião são discutidas com o coletivo dos participantes e organizadas e debatidas na comissão gestora. Nas oficinas, a metodologia de trabalho é participativa, com a realização de dinâmicas e atividades em grupo e com um processo de avaliação contínuo. A participação dos/as jovens nas oficinas tem se dado de forma sistemática. Da mesma forma, a participação de algumas pessoas idosas tem permitido trocas interessantes entre jovens e velhos no espaço das oficinas. Alguns jovens, por terem tido maior acesso à escolarização e por terem familiaridade com o uso do computador e a internet estão, evidentemente, sendo preparados pelas lideranças, que em geral não tiveram as mesmas oportunidades,

para contribuírem na organização das comunidades e dos grupos. Há, em alguns casos, um investimento em jovens lideranças e a explicitação por parte dos mais velhos de que estão sendo preparados para assumirem determinadas funções na comunidade.

Esta preparação não é feita sem conflitos, uma vez que os/as jovens em geral têm outros interesses e muitas vezes são vistos de forma preconceituosa no interior da própria comunidade. É comum, nas reuniões e oficinas, ouvirmos discursos que criticam o interesse dos jovens por outros tipos de música e que atestam que os jovens de hoje não “*querem saber de nada*”, que antigamente era diferente, que têm que se envolver com as comunidades. Entretanto, os/as jovens parecem ressignificar o jongo em suas vidas e nas comunidades. Em uma das oficinas, um dos jovens afirmou que o jongo é liberdade, referindo-se às possibilidades de participação e de construção da sua identidade a partir do jongo. Este mesmo jovem, em outro momento, afirmou que está no jongo porque no jongo ele pode se mostrar, pode mostrar quem é. Disse que na escola e em muitos lugares dizem que ele não sabe nada, não faz nada, mas que no jongo é diferente, que sente prazer e pode se mostrar como é e que por isso participa do jongo e do hip-hop.

Nas oficinas, pode-se perceber que os/as jovens vão efetivamente, aos poucos, assumindo novos papéis nas comunidades. Há, ao mesmo tempo, um discurso de continuidade nas lutas das lideranças jongueiras e não necessariamente uma ruptura, mas uma diferenciação na explicitação das necessidades e demandas das comunidades, como o acesso ao computador e à internet, a criação de espaços de lazer, de novos postos e formas de trabalho, de acesso à universidade, etc.

Já para as pessoas mais velhas das comunidades, a participação nas oficinas é visivelmente uma possibilidade de valorização da auto-estima. É comum ouvirmos jovens e velhos, nos momentos de avaliação, agradecendo a possibilidade de participação com condições dignas nas oficinas. É como se as pessoas se surpreendessem com o fato de poderem participar de um espaço de formação, espaço que provavelmente nunca lhes foi oportunizado e que consideravam não poder ocupar. Além disso, destaca-se, igualmente, a circulação e câmbio entre os/as jongueiros/as uma vez que se abre a possibilidade de conhecerem novos lugares e pessoas.

Nessas movimentações provocadas por reuniões e oficinas, em que há espaços de trocas entre jongueiros, estudantes, professores e pesquisadores, o que se observa é que o aprendizado está no fato das pessoas poderem estabelecer relações entre si. Assim, estes também têm sido importantes espaços de formação para os/as estudantes universitários/as que trabalham com os/as professores/as, no planejamento, desenvolvimento e avaliação das oficinas. Para professores/as e pesquisadores/as, a experiência do Pontão de Cultura tem provocado a revisão de nossas práticas e relativização de nossos saberes. O grande desafio, desde o início, tem sido desenvolver as atividades *com* os jongueiros/as e não *para* eles/as, o que significa, em muitos momentos, a troca de papéis e de lugares de enunciação.

Trocar de lugar pode significar ter que enfrentar dificuldades individuais, abrir mão da racionalidade técnica, lançar mão de outras linguagens. Implica em constatar a presença de outras lógicas e práticas, recriando-se formas de desenvolvimento dos projetos com jongueiros. Na troca de saberes, em especial com os mais velhos, por exemplo, observa-se a marca da oralidade como forma de expressão e disseminação da cultura o que resulta em dificuldades em lidar com outro código, ou seja, a linguagem escrita. No entanto, em igual medida, observa-se a dificuldade de pesquisadores/as e técnicos/as em lidar com a linguagem corporal, tão afastada das práticas racionalizantes dos meios acadêmicos.

Em muitos momentos, confrontados com as questões institucionais, como as disputas de poder e os trâmites burocráticos, presenciemos situações em que relações de solidariedade, de respeito e de generosidade nos fazem questionar a *civilidade* de nossas instituições, o que se coloca como desafio da construção coletiva de um projeto desenvolvido com as comunidades jongueiras.

Identidade Negra e Preconceito Racial: o primeiro grande aprendizado e o desafio permanente

A primeira reunião de articulação do Pontão de Cultura do Jongo, realizada em abril de 2008, apresentou a todos/as a necessidade da inserção, no âmbito do projeto, da temática das relações raciais no Brasil. Na ocasião, as lideranças jongueiras relataram situações de preconceito em relação ao jongo associadas às práticas religiosas de matriz africana. Atribuíram ao preconceito em relação ao seu pertencimento racial e sua raiz cultural à pouca visibilidade que possuem em seus municípios.

Os processos de exclusão e diferenciação que utilizam o pertencimento racial como critério vêm sendo amplamente documentados por inúmeros estudos (HASENBALG, MUNANGA;1998; HENRIQUES, 2002; GONÇALVES e GONÇALVES e SILVA, 2003; IPEA, 2007 entre outros). Os mesmos são unânimes em afirmar que a exaltação da diferença por meio da racialização das relações sociais observada em contextos anteriores impactou a dimensão social configurando diferentes “*posições do sujeito*” surgidas das divisões e antagonismos sociais. A construção de narrativas a respeito do

“outro” (orientais, negros/as, bárbaros/as, mulheres, jovens) se expressa como estratégia para o reforço do “nós”, estabelecendo-se rupturas temporais, geopolíticas e hierarquizações sociais..

No contexto do Pontão de Cultura do Jongo, observou-se, através de alguns pontos, dos modos de agir, dos posicionamentos frente às instituições e dos discursos, uma referência sempre presente à posição de escravo/a e aos tempos escravistas.

Os sentidos destas referências alternavam-se em parte referindo-se às torturas sofridas “No dia 13 de maio, quando o Senhor me batia, eu rezava pra Nossa Senhora, meu Deus, quando a pancada doía (Mestre Claudionor do Caxambu de Santo Antonio de Pádua IPHAN, 2008 p. 30), ou exaltando a liberdade concedida/conquistada “Tava dormindo Angoma me chamou. Disse levanta povo, cativo acabou” (Canto de várias comunidades jongueiras. idem.) ou por outro lado conclamando para ações de resistência “Oi bota fogo na senzala onde negro apanhou” (Cantado pelo Jongo de Angra dos Reis - idem).

Numa perspectiva mais individual, as falas e atitudes, em grande parte, demonstravam uma relação assimétrica entre as lideranças jongueiras e os/as representantes institucionais, quer por haver, de fato, assimetria entre os níveis de escolaridade, quer por estas relações apresentarem-se contaminadas pela construção teórica e social que perpetua subjetivamente as crenças em diferenças pautadas no pertencimento racial.

Sabe-se que cada indivíduo desenvolve estratégias particulares diante das situações de discriminação. Estes muitos jeitos de lidar e reagir às interdições sociais delimitadas por critérios de pertencimento estão diretamente ligados a dois aspectos: à construção de identificação positiva pelo indivíduo e às suas possibilidades de socialização, informação e inserção na sociedade.

“A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. (...) ser negro no Brasil é ‘tornar-se negro’. Assim, para entender o ‘tornar-se negro’ num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Referimo-nos aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem desenvolvida pelos jovens, sobretudo, por aqueles que vivem na periferia da cidade.” (Dayrell 2003, p.20),

Considerando que os conceitos de sujeito e identidade passam por reformulações que se encontram abertas e transitórias e que a construção identitária acompanha a complexidade dos contextos atuais, interferindo nas formas como os sujeitos vinculam-se a grupos de mesmo perfil identitário e materializam seu pertencimento em ações, idealizou-se a oficina de Identidade Negra.

A oficina articulou-se em torno de três objetivos: 1 . Promover reflexões sobre o lugar dos afro-descendentes na sociedade brasileira, identificando os processos de exclusão vivenciados por este segmento da população, ao longo da história brasileira; 2. Reconhecer a importância da(s) cultura(s) jongueira(s) como parte constitutiva da sociedade brasileira articulando-a com os saberes de matriz africana vivenciados nas comunidades e 3. Proporcionar aprofundamento da temática racial, a partir de questões centrais – conceitos e dados históricos – possibilitando a (re)construção de identidades.

As etapas da oficina foram elaboradas tendo em vista o sujeito, a sociedade e os contextos de ação, distribuídos em 20 horas durante o final de semana. Além desta ação, a metodologia adotada para as reuniões de articulação envolve a exibição de filmes e documentários que contemplem a questão racial, tais como, “Memórias do Cativo”⁷ seguida de debate com os autores dos mesmos.

Atualmente os/as jongueiros/as empenham lutas no que se refere à titulação de terras, reconhecimento de sua identidade quilombola, inserção da cultura negra nos currículos das escolas básicas e valorização dos saberes e práticas jongueiras em seus municípios de origem. Investir na valorização das culturas de origem africana, na compreensão destas novas lutas e no importante papel de cada jongueiro/a para a eliminação das desigualdades raciais faz-se urgente para a construção de novas identizações e práticas anti-racistas.

⁷ Memórias do Cativo (filme documentário, historiográfico e educativo, 40’).
Produção: LABHOI/UFF (2005) Apoio: CNPq, FAPERJ. Disponível em <http://www.historia.uff.br/labhoi>

A ação coletiva: coletivo jongueiro e coletivo das comunidades

Um dos objetivos do Pontão de Cultura era a articulação das comunidades jongueiras em rede, para a formação e fortalecimento de um coletivo jongueiro. Este se constituiu como um dos pontos de debate entre os principais parceiros do projeto, por entender-se que a articulação desta rede não aconteceria como um passe de mágica, a partir do início das atividades. Apesar do reconhecimento da necessidade de se articular este coletivo jongueiro, que tem demandas comuns, situações bastante específicas das pessoas, comunidades e grupos atravessavam este objetivo. Diante das frágeis condições de vida de muitas comunidades, algumas lideranças jongueiras estavam, no início do ano, mais voltadas para a solução dos problemas de suas comunidades. Quando as necessidades imediatas, como a questão da terra, do trabalho e da alimentação batem à porta, discutir e propor um coletivo jongueiro parece uma abstração. Havia divergências sobre o “amadurecimento” das comunidades para a realização das oficinas, por exemplo, em uma visão equivocada de se ficar fazendo reuniões e fóruns com as lideranças até que estivessem suficientemente *amadurecidas* para receberem as oficinas.

A ação coletiva se constrói em torno de um projeto comum. No caso das comunidades jongueiras, este projeto era o Pontão de Cultura. As reuniões de articulação se constituem como uma espécie de fórum das comunidades, que não teria se fortalecido, criado um espaço público de discussão e um coletivo se não fossem as ações concretas das oficinas, organizadas de forma descentralizada nas comunidades, junto com as lideranças e com a participação de um número maior de pessoas das comunidades. Foram as oficinas que fizeram com que o *fazer com* e não *fazer para* não fosse mero efeito de retórica. Elas foram a possibilidade de realizações concretas, consecução de objetivos estabelecidos em conjunto, encontros e trocas, e alargamento das possibilidades do Pontão no interior das próprias comunidades.

Vimos, ao longo do ano de 2008, a ação coletiva se construir no Pontão de Cultura, mas ela continua um desafio. Assim como em outros espaços, em algumas comunidades jongueiras também há personalismos e disputas individuais. Na tessitura da rede jongueira que se articula, há momentos claros de disputa de interesses particulares de uma ou outra comunidade e do interesse coletivo. Esta é uma tensão permanente tanto no Pontão quanto no interior de muitas comunidades. Nestas, quando há um projeto definido, geralmente articulado pelo jongo, a ação coletiva se desenvolve e o jongo é o fio condutor da mesma. Como diz uma das lideranças, *não existe jongo sozinho*. Desta forma, no jongo, as pessoas têm podido se organizar no desenvolvimento de projetos comunitários. Há, entretanto, comunidades que ainda têm que vencer as dificuldades de lideranças personalistas, que concentram em si as ações e o discurso da comunidade e obstruem o desenvolvimento da ação coletiva.

Ao desenvolver ações que atingem as todas as comunidades, o Pontão vai também trabalhando com cada uma delas. Muitas vezes, o trabalho de uma comunidade influencia o coletivo jongueiro e vice-versa.

Temos constantemente nos surpreendido com a possibilidade de *fazer tanto com tão pouco* e este tem sido mais um grande aprendizado. Não se trata de nivelar por baixo, mas sim de demonstrar que quando se tem vontade política e atuação efetiva do Estado, os recursos públicos destinados às comunidades podem operar transformações substantivas na vida das pessoas. Estamos, portanto, junto com os jongueiros, percorrendo caminhos que podem nos levar aos sentidos e às ações efetivas da salvaguarda. Axé!

Bibliografia

- Abreu, M., Soihet, R & Gontijo R. (orgs) (2007) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dayrell, J. T. (2003) O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, p.40-52.
- Ianni, O. (1991). *Ensaio de Sociologia da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (PP 201-212)
- Vianna, L. (2008) *Inventário Nacional de Referências Culturais. Dossiê 5: Jongos do Sudeste*. Brasília: IPHAN.